

## A EDUCAÇÃO ESCOLAR NA SOCIEDADE IKPENG: Uma construção no tempo da história e nas articulações etnopolíticas

**Kavisgo Txicão** (PPGECII/UNEMAT) – [kawiago25@gmail.com](mailto:kawiago25@gmail.com)

**Pormekenpo Txicão** ((PPGECII/UNEMAT) – [klemer2@gmail.com](mailto:klemer2@gmail.com)

**Mônica Cidele da Cruz** (PPGECII/UNEMAT) – [monicacruz@unemat.br](mailto:monicacruz@unemat.br)

**Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira** (PPGECII/UNEMAT) – [waldineiaferreira@hotmail.com](mailto:waldineiaferreira@hotmail.com)

GT 4- EDUCAÇÃO E POVOS INDÍGENAS

### Resumo:

O presente artigo relata os resultados de uma pesquisa que trazem os significados da escola Ikpeng, faz um recorte sobre as lutas que antecederam a construção de uma escola que atendesse os interesses do povo Ikpeng. Também demonstra o desejo da escola Ikpeng sendo construída juntamente com a formação de professores em magistério Intercultural e no ensino superior. A pesquisa foi desenvolvida na CTL Pavuru, em meio à pandemia da COVID-19, onde ocorreram as entrevistas e coleta de dados acerca das referências citadas no trabalho, desenvolvidas entre os meses de agosto a novembro de 2020. Considera-se que a escola Ikpeng tem se construído como específica e diferenciada, a partir da vivência pedagógica que parte dos saberes do próprio povo, do respeito com a cultura e assume a escola como lugar estratégico e etnopolítico.

**Palavras-chave:** Escola Indígena. Ikpeng. Lutas e Conquistas.

### 1 Introdução

A sociedade Ikpeng é composta de um povo falante do tronco linguístico da família Karib. Atualmente, o nosso território localiza-se na Terra Indígena do Xingu MT, especificamente, na região que abrange o médio Xingu. Encontra-se dividido em seis aldeias, sendo que quatro delas, a Moygu, a Arayo, a Paranoá e a Kurure estão localizadas no município de Feliz Natal-MT. A aldeia Pirino está no município de Nova Ubiratã e a aldeia Rawo no município de Paranatinga. Todas essas aldeias Ikpeng são atendidas pela assistência de atendimento à saúde, pela assistência social, pela educação e outras demandas, como pela CTL PAVURU (Coordenação Técnica Local Pavuru). A densidade populacional atual é de aproximadamente 626 pessoas, conforme o sensu da DISEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) do Xingu.

A pesquisa foi desenvolvida na CTL Pavuru em meio à pandemia da COVID-19, onde ocorreram as entrevistas e coleta de dados acerca das referências citadas no trabalho, desenvolvidas entre os meses de agosto a novembro de 2020. O isolamento social foi um fator desafiador para execução da presente pesquisa, uma vez que foi necessário se isolar completamente da rotina do trabalho do convívio social da comunidade, na qual foi necessário abrir uma nova aldeia, mas nem por isso deixamos de concluir a pesquisa/reflexão sobre

educação escolar indígena, da disciplina *Ensino e Práticas Pedagógicas na/para Escolas Indígenas*.

Dentro da pesquisa, fazemos um recorte sobre a formação de professores indígenas do Xingu, e lutas pelo reconhecimento de uma educação escolar indígena específica e diferenciada, a partir dos anos 90, fenômeno que se intensifica na Terra indígena do Xingu. O objetivo é apresentar esse movimento em busca da educação intercultural, do reconhecimento de uma educação específica e diferenciada desta escola sonhada pela comunidade Ikpeng.

## **2 Escola diferenciada: Lutas que antecederam os anos 90**

Na década de 1980, indígenas de diferentes povos se organizam para lutar por direitos. Nessa década, é criada a União das Nações Indígenas – UNI e líderes como Ailton Krenak, Álvaro Tucano, Megaron Txucarramãe, Mairawe Kaiabi, Ropni (Raoni), entre outros, passam a se articular e também buscar aliados entre os não indígenas para um movimento que teria como história o reconhecimento dos povos indígenas no território brasileiro. Também foi nessa mesma década que o primeiro indígena fez parte da construção política do país, foi quando Mário Juruna se elegeu deputado federal pelo Rio de Janeiro (TRONCARELI, 2020).

Nessa década, também, os povos do Território Indígena do Xingu iniciaram uma luta política para assumir funções do quadro da FUNAI, antes exercida somente por não indígenas. Em 1984, membros do povo Mëtyktire e de todos os povos do TIX interromperam a travessia da estrada ao norte do território, antigamente denominado BR-080, e fizeram alguns prisioneiros do quadro da FUNAI. Através deste movimento, Megaron Txucarramãe assumiu a administração do TIX e passou a contratar indígenas de diferentes povos para atuarem como chefes de postos, radiotelegrafistas, motoristas, “monitores” de saúde, serviços gerais. Ainda nessa década, iniciam-se as lutas e os projetos de formação de professores indígenas desenvolvidos por organizações não governamentais, como a Comissão Pró-Índio do Acre e o Centro de Trabalho Indigenista. Junta-se a esse movimento, a constituinte que, no ano de 1988, homologa a Constituição Brasileira com várias conquistas para os povos indígenas, entre eles o direito a uma educação específica, diferenciada e intercultural com currículo construído, a partir da realidade e dos interesses de cada povo.

Em 1991, a educação escolar indígena finalmente passa a ser gerida pelo Ministério da Educação e pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, o que antes era de responsabilidade de órgãos que não se alinhavam ao Ministério da Educação, como SPI, FUNAI, etc.

### **3 Novo tempo: Formação de professores indígenas e articulações com a prática pedagógica**

Com a escola ligada ao município, começou a se travar uma nova luta para que as secretárias de educação reconhecessem o calendário, os rituais e a organização social do povo, porém, foi um processo difícil. A imposição era muito grande, tinha que seguir rigorosamente a matriz curricular imposta, mas mesmo não sendo validada, a escola sempre respeitou a organização social da comunidade. E desta maneira, as aulas, como os não indígenas conhecem, sempre pararam quando tinha rituais na comunidade, trabalho coletivo e durante o luto, e isso vem ocorrendo até os dias atuais.

Como se deu essa história? Esse movimento tão importante em território Xinguno? Sobre isso faremos um breve relato.

No início dos anos 1990, começou a se pensar uma educação intercultural dentro da Terra Indígena do Xingu e, nesta luta, estavam os caciques Raoni Txucarramãe e Megaron Txucarramae, foram os dois, com ajuda de ONGs, que começaram a se organizar para receber o recurso da *Rainforest* da Noruega.

Em 1993, foi elaborado o projeto escrito pela professora e antropóloga Carmen Junqueira, Maria Cristina Troncarelli e demais professoras e, em 1994, o projeto denominado de *Yrykum/Itaenyfuk: Urucum/Pedra Brilhante* foi aprovado e proporcionou a formação de 47 professores de 15 etnias: Aweti, Ikpeng, Yudja, Kalapalo, Kamaiura, Kuikuro, Kĩsêdjê, Kawaiwete, Matipu, Mehinaku, Nafukua, Panará, Waurá e Yawalapiti (TRONCARELLI, 2020). O projeto *Yrykum/Itaenyfuk: Urucum/Pedra Brilhante* teve um papel muito importante para fortalecimento da luta pelo reconhecimento de uma educação escolar indígena bilíngue intercultural e diferenciada pelo estado Brasileiro e, principalmente, pela SEDUC-MT. Os Ikpeng também participaram do projeto Hayo e Pedra Brilhante, bem como, da formação em Magistério Intercultural. (MATO GROSSO, 2007).

Em relação à formação de professores em nível superior, a UNEMAT tem grande reconhecimento, pois em 2001, o projeto denominado de 3º Grau Indígena tem início e finalizando em 2005, com a formação de três professores Ikpeng. Foi o início da formação em ensino superior. Também, a partir de 2018, os professores Ikpeng passam a ingressar na UFG – Universidade Federal de Goiás. A continuidade dessa formação é feita em nível de mestrado ainda na Universidade do Estado de Mato Grosso, pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em “Ensino em Contexto Indígena Intercultural.”

Todo esse movimento histórico nos remete a reflexões e a identificações de vivências que ajudam a construir a escola específica do povo Ikpeng. Desta maneira, as práticas pedagógicas partem do currículo escolar e sempre visam a valorização da cultura Ikpeng. A escola sempre visa incluir mais jovens para estarem atuando na área de educação, pois se entende que o papel de professor na escola indígena é muito importante para manutenção e fortalecimento de uma educação indígena específica e diferenciada, prevista e almejamos enquanto direito estabelecido na Constituição Federal de 1988.

As leis representaram um avanço em nossas políticas educacionais, porém, mesmo que haja essas leis, elas por si só não dão conta de garantir esses direitos, e não conseguem atender as comunidades indígenas, de acordo com seus reais interesses. Por isso é preciso a manutenção da luta, da formação de professores indígenas de forma específica para que contribuam para o fortalecimento e solidez das escolas indígenas.

O Povo Ikpeng quer uma escola específica, uma escola que tenha bom funcionamento para poder ensinar as crianças, jovens e adultos na língua materna, língua portuguesa, matemática, geografia, ciências, história e arte. Nós queremos também que os alunos ajudem a nossa comunidade na política interna e externa, prevista no Projeto Político Pedagógico da escola, de 2010. Ou seja, uma escola que interessa ao Povo Ikpeng, com as aprendizagens culturais e interculturais, aprendendo e intervindo no que a comunidade deseja e também compreendendo e fazendo a luta com a comunidade externa no sentido do reconhecimento da nossa existência e dos nossos direitos. Conforme Paulo Freire (1996) uma escola libertadora, com autonomia e amorosidade.

#### **4 Considerações finais**

O novo tempo é o reconhecimento de uma escola feita pelos próprios indígenas, e assim, a escola tem um papel de suma importância na comunidade Ikpeng, inclusive na manutenção das práticas culturais, pois ela é mais uma estratégia que se torna própria, quando nossa. Ela é uma estratégia de sobrevivência e de resistência dos povos indígenas. Para Meliá (1999, p.12), “[...] os povos indígenas sustentaram sua alteridade graças a estratégias próprias, das quais uma delas foi precisamente a ação pedagógica. Pois alteridade afinal é liberdade de ser ele próprio.”

É focado nesta pedagogia milenar que a escola trabalha conforme a realidade do povo e do mundo no qual estamos inseridos. Portanto, uma estratégia institucionalizada, que contribui para a cultura Ikpeng ao ser trabalhada pelos próprios Ikpeng. Um lugar por onde também perpassam as práticas culturais que, para Taffarel (2010), é preciso conhecer profundamente as

práticas culturais do povo, e ter domínio necessário para sobreviver num mundo capitalista e economicamente globalizado.

Para isso, a escola e os professores têm um papel fundamental no fortalecimento das práticas culturais milenares. Encerramos dizendo que todas as articulações que ocorrem na escola são articulações etnopolítica, porque considera os interesses do povo Ikpeng.

## 5 Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em 20/09/2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MATO GROSSO. Seduc desenvolve projeto de formação de professores indígenas para o magistério intercultural. In: SEFAZ-MT – **SECON Notícias**, 17 de maio de 2007. Disponível em: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/seduc-desenvolve-projeto-de-formacao-de-professores-indigenas-para-o-magisterio-intercultural> Acesso em 20/09/2021.

MELIÁ, Bartolomeu, **Educação indígena na escola**, Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, Dezembro/1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v19n49/a02v1949.pdf>. Acesso em: 12/08/2020

TAFFAREL, Korotowi. **Ritual da tatuagem: educação ambiental e prática cultural entre os Ikpeng**. Dissertação Mestrado, UNEMAT Cáceres Mato Grosso 2010. Disponível em: <http://www.unemat.br/prppg/ppgca/teses/2010/07.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2020.

TROCARELLI Cristina Maria, **Projeto Yrykum/Itaenyfuk:Urucum/Pedra Brilhante 11 anos de formação de professores indígenas do Território Indígena do Xingu**. Livro não publicado.